

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022



DEZEMBRO DE 2022

BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVBEP
Av Sen Teodoro Pacheco, 1192 – salas 205/206

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional, CMN 4.994, de 02 de maio de 2022, e artigos 19 e 20 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, CGPC Nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP, para avaliação dos controles internos da Entidade, relativos ao 1º semestre de 2022, e apresenta a seguir sua manifestação sobre os seguintes pontos:

- I. Gestão dos Ativos do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa;
- II. Gestão dos Passivos do Plano de Benefícios Previdenciais;
- III. Execução Orçamentária;
- IV. Controles Tributários e Obrigações Acessórias;
- V. Análises, Manifestações e Conclusões do Relatório;
- VI. Considerações Finais.

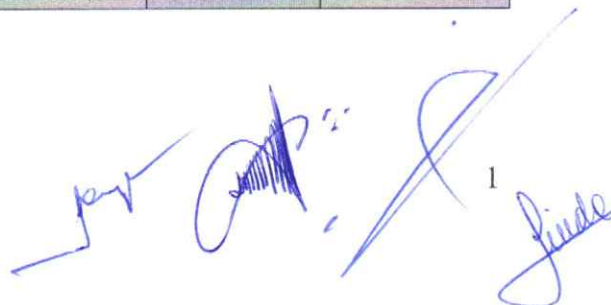
2. GESTÃO DOS ATIVOS

2.1. Recursos Garantidores

O artigo 2º da Resolução CMN 4.994/2022, 4.661/2018 define os recursos garantidores como os formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes às dívidas contratadas com os patrocinadores.

2.1.1. Cálculo dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa

CÁLCULOS DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAL E PGA					
Código	(±)	Contas	Planos		Total
			BD	PGA	Consolidado
1.1.	(+)	Disponível	2.180,11	2.690,83	4.870,94
1.2.3.	(+)	Realizável dos Investimentos	133.201.853,26	17.449.329,23	150.651.182,49
2.1.3.	(-)	Exigível Operacional dos Investimentos	399,81	215,63	615,44
2.2.3.	(-)	Exigível Contingencial dos Investimentos			
	(=)	Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	133.203.633,56	17.451.804,43	150.655.437,99



CÁLCULOS DO SALDO DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAL E PGA			
Código	(±)	Contas	Total Consolidado
	(+)	Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	150.655.437,99
2.03.01.01	(-)	Provisões Matemáticas	107.788.781,35
2.03.02.01	(-)	Fundos Previdenciais	5.809.027,70
2.03.02.02	(-)	Fundo Administrativo	17.372.563,68
2.02	(-)	Exigível Contingencial	1.532.202,88
	(=)	Saldo dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	18.152.862,38

Comentário: Os recursos garantidores, da ordem de R\$ 150,6 milhões, depois de deduzidos as provisões matemáticas (R\$ 107,8 milhões), o Fundo Previdencial (R\$ 5,8 milhões), o Fundo Administrativo (R\$ 17,4 milhões) e o Exigível Contingencial (R\$ 1,5 milhão), apresentaram um superávit técnico da ordem de R\$ 18,1 milhões, o que garante ao Plano uma boa solvência.

2.1.2. Gestão dos Recursos Garantidores

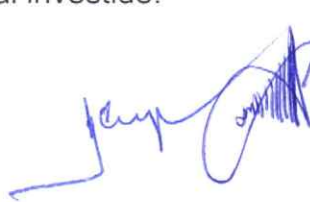
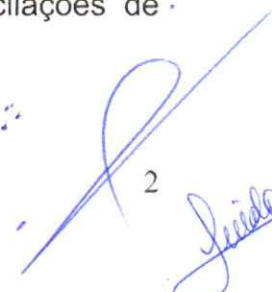
2.1.2.1. Alocação dos Recursos Garantidores

Dos recursos garantidores, 98,64% estão alocados no Fundo BB Terra do Sol - Fundo Multimercado, constituído em 2011 – CNPJ 13.998.573/0001-06, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e que tem como objetivo proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

O Fundo destina-se a receber recursos da PREVBEP, investidor exclusivo, classificada como investidor profissional, assim como definido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Fundo é administrado pela BB Asset Management.

As aplicações realizadas pela PREVBEP no Fundo não contam com a garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, o mesmo está sujeito às oscilações de mercado e pode, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2

2.1.2.2. Qualificação do Administrador dos Investimentos

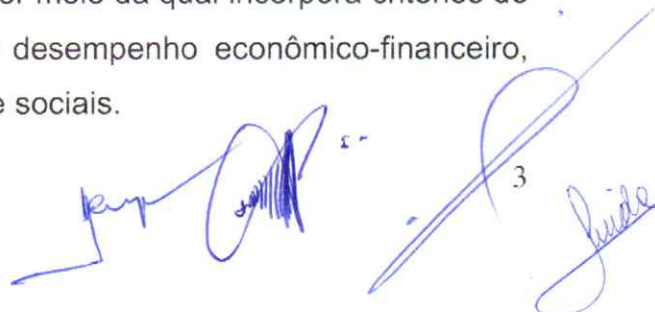
A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Asset Management, é uma empresa especialista na gestão de recursos de terceiros e na administração dos fundos de investimento dos clientes do Banco do Brasil, distribuídos na maior rede de atendimento bancário do país. A empresa iniciou suas atividades em 1986 e ao longo desses anos passou por mudanças para aperfeiçoar sua estrutura. A BB Asset Management é líder da indústria nacional de fundos de investimento e carteiras administradas, com patrimônio superior a R\$ 1,4 trilhão, conforme ranking da ANBIMA de maio de 2022.

Aliando solidez, transparência, segurança, experiência e tecnologia avançada, a BB Asset Management é sinônimo de excelência em soluções de gestão aos mais diversos segmentos do mercado: Varejo, Alta Renda, Private, Corporate, Estrangeiros, Governo e Investidores Institucionais.

Com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, a Gestora atua na distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, além de instituir, organizar, administrar e gerir fundos e clubes de investimento. Na execução de suas atividades, todas as áreas da BB Asset Management seguem princípios éticos e legais em conformidade com a legislação vigente e com o Código de Ética do conglomerado Banco do Brasil.

Com um time de profissionais selecionados, com alto nível de qualificação, capacitação e comprometimento, a BB Asset Management presta atendimento com excelência e exclusividade, adequando soluções às necessidades específicas para cada perfil de investidor.

Alinhada aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 a BB Asset Management é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) em suas análises e decisão de investimento. A BB Asset Management desenvolveu metodologia própria de avaliação de crédito e de ações de empresas, por meio da qual incorpora critérios de avaliação de ativos com base nos pilares de desempenho econômico-financeiro, governança corporativa e aspectos ambientais e sociais.



3

Participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, indicando a importância da divulgação de informações sobre questões ambientais, sociais e de governança, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas.

Desde outubro de 2015, a BB Asset Management participa do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em dezembro de 2016, a BB Asset Management assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório "Dever Fiduciário do Século XXI", iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento.

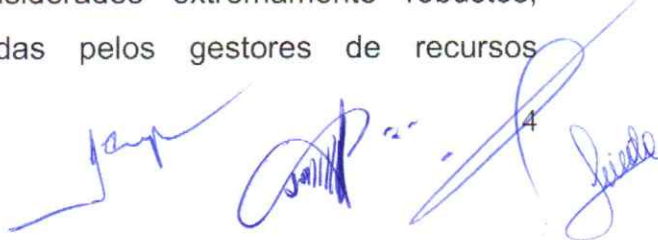
Desde 2012, o processo de análise de risco de crédito da BB Asset Management possui a "Certificação Internacional ISO 9001" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015. A Política da Qualidade do processo certificado é subsidiar as decisões de investimentos dos gestores de fundos por meio de informações confiáveis e atualizadas, em constante aperfeiçoamento, de forma tempestiva.

Em outubro de 2016, a BB Asset Management aderiu ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

2.1.2.3. Rating da Administradora do Fundo BB Terra do Sol

Excelente – Fitch Ratings

A Fitch Ratings atribuiu a nota "Excelente", considerada máxima em uma escala de 05 (cinco) níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de gestão de ativos da BB Asset são considerados extremamente robustos, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos



4

internacionais. Destaca ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais.

O processo de avaliação da Fitch foi realizado com as seguintes etapas: levantamento de informações e documentação, reunião presencial com executivos da empresa, elaboração de relatório final e monitoramento. Os pontos avaliados pela agência de Rating foram: o processo de Investimento; os recursos para gestão dos investimentos; a gestão de riscos; a performance dos fundos; e a companhia e serviços aos clientes.

- Classificação: Excelente
- Revalidação: Agosto de 2020

MQ1 – Moody's

A Moody's, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atribuiu à BB Asset BB DTVM o rating MQ1, excelência em qualidade de gestão.

O conceito certifica o alto grau de autonomia concedido à BB DTVM na realização de seus processos, agregando, dessa forma, grande valor à instituição.

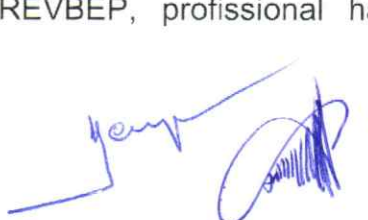
O rating de Qualidade de Gestão proporciona ao investidor uma avaliação independente da empresa, da estrutura organizacional da instituição, sua capacidade de gerenciamento de risco e controles operacionais. A Moody's é especialista na classificação de qualidade de gestão a administradores de fundos, além de qualificação de dívidas de emissores de títulos; de colocação de títulos de emissão privada; de obrigações; de financiamento de projetos no mercado internacional e outras atividades relacionadas ao mercado financeiro.

- Classificação: Manager Quality 1 – MQ1 em qualidade de gestão
- Desde: Março de 2006
- Revalidação: Maio de 2022

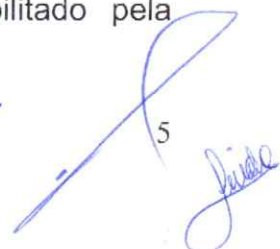
Estes ratings oferecem ao mercado uma opinião imparcial sobre a qualidade geral da organização, incluindo características de gerência e práticas operacionais.

2.1.2.4. O AETQ – Administrador Tecnicamente Qualificado

O Administrador Tecnicamente Qualificado – AETQ é o Sr. José Firmino Rocha e Silva, Diretor Financeiro da PREVBEP, profissional habilitado pela



5



Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC/Nº 2021.552, com habilitação a vencer em 31.08.2025.

2.1.2.5. Administração dos Recursos Garantidores – Fundos de Investimentos e Carteira Própria

Discriminação da Forma de Administração dos Recursos Investidos				
Renda Fixa: Fundo de Investimentos e Carteira Própria				
Gestor	Tipo de Ativo	Segmento	Valor	Part. %
1. Fundo de Investimentos			146.169.062,75	98,64
1.1. BB DTVM	Fundo BB Terra do Sol	Multimercado	146.169.062,75	
2. Carteira Própria			2.003.876,62	1,35
2.1.1. PREVBEP	Investimentos Imobiliários	Imóveis para renda	1.565.210,29	
2.1.2. PREVBEP	Empréstimos e Financiamentos	Participantes	438.666,33	
3. Outros Investimentos				
4. Disponibilidades			4.870,94	0,00
5. Exigibilidades dos Investimentos			615,44	0,00
5.1. Exigível Operacional dos Investimentos			615,44	
5.2. Exigível Contingencial dos Investimentos				
Total dos Recursos Garantidores dos Planos Previdencial e PGA em 30/06/2022			148.177.194,87	100,00

Fonte: Balancetes Junho/2022

Comentário: A administração dos recursos garantidores do plano PREVBEP é terceirizada, estando a cargo da BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management.

2.1.2.6. Alocação dos Recursos Garantidores – Por Segmentos e Limites de Aplicação

Alocação de Recursos e Os Limites por Segmento de Aplicação							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Valores em 30.06.2022		Limites (%)		Status de Enquadramento
Segmento	Legal	Política de Investimento	R\$	% V	Inferior	Superior	
FUNDO BB TERRA DO SOL			146.169.062,75	97,02	0,00	100,00	0 < 98,65 < 100,00
Renda Fixa	100,00	100,00	115.811.426,54	76,87	0,00	100,00	0 < 78,16 < 100,00
Renda Variável	70,00	25,00	19.598.190,04	13,01	0,00	25,00	0 < 13,23 < 25,00
Investimentos Estruturados							
Investimentos no Exterior	10,00	10,00	10.759.446,17	7,14	0,00	10,00	0 < 7,26 < 10,00
IMÓVEIS	20,00	2,00	1.565.210,29	1,04	0,00	2,00	0 < 1,06 < 2,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00	2,00	438.666,33	0,29	0,00	2,00	0 < 0,30 < 2,00
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	100,00	100,00	2.478.243,12	1,65	0,00	100,00	0 < 1,65 < 100,00
Total			150.651.182,49	100,00			

Legislação: Res CMN 4994/2022

Fonte: Balancete Junho/2022 e Relatório Carteira Diária da BB DTVM

Os recursos financeiros estão aplicados em fundo de Renda Fixa, BB TERRA DO SOL, Imóveis e Operações com participantes. O demonstrativo apresenta a distribuição dos recursos.



6

Comentário: Nesse 1º semestre de 2022, a bolsa no Brasil teve um desempenho negativo de 5,99%, o que refletiu para o baixo desempenho de 1,60% no resultado do Fundo BB Terra Sol no semestre. O percentual aplicado em renda variável, até o momento, tem se mostrado adequado, uma vez que no longo prazo as aplicações na Bolsa têm mostrado que superam a renda fixa. Quanto ao enquadramento da aplicação dos recursos por segmento, tanto quanto ao aspecto legal e à Política de Investimento da PREVBEP, está de acordo com o que determina a Resolução do CMN Nº 4994/2022.

2.1.2.7. Segmentação dos Ativos dos Recursos Garantidores

Gestão dos Recursos Garantidores							
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Data Base: 30.06.2022		Limites (%)		Status de Enquadramento
Segmento	Legal	Política Investimentos	Valores		Inferior	Superior	
			R\$	% V			
FND BB TERRA SOL	100		146.169.062,75	89,88	0	100	
RENDA FIXA	100	100	115.811.426,54	76,87	0	100	Inferior à Legal / Política
TDMF	100	100	110.459.306,52	73,32	0	100	Inferior à Legal / Política
Ativos de Renda Fixa	80	25	5.352.120,02	3,55	0	25	Inferior à Legal / Política
LF, CDB e DPG	80	25	1.763.259,06	1,17	0	25	Inferior à Legal / Política
Debêntures	80	25	3.588.860,96	2,38	0	25	Inferior à Legal / Política
RENDA VARIÁVEL	70	25	19.598.190,04	13,01	0	25	Inferior à Legal / Política
Ações Diversas	70	25	19.598.190,04	13,01	0	40	Inferior à Legal / Política
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	10	10.759.446,17	7,14	0	10	Inferior à Legal / Política
IMÓVEIS	8	2	1.565.210,29	1,04	0	2	Inferior à Legal / Política
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15	2	438.666,33	0,29	0	2	Inferior a Legal / Política
REC. A RECEBER - PRECATÓRIOS	100	100	2.478.243,12	1,65	0	100	Inferior a Legal / Política
Total			150.651.182,49	100,00			

Legislação: Resolução CMN 4994/2022

Fonte: Política de Investimentos / Balancete Junho/2022 / Relatório Carteira Diária da BB DTVM

Os recursos financeiros estão aplicados em Multimercado, BB TERRA DO SOL.

O demonstrativo acima apresenta a distribuição da alocação dos recursos



7

2.1.2.8. Enquadramento dos Investimentos por Emissor

Gestão dos Recursos Garantidores							
Valores em R\$ 1,00							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Data Base: 30.06.2022		Limites (%)		Status de Enquadramento
Investimentos por Emissor	Legal	Política de Investimento	Valores		Inferior	Superior	
			R\$	% V			
FUNDO BB TERRA DO SOL	100	100	146.169.062,75	100,00			
Tesouro Nacional	100	100	110.459.306,52	75,57	0	100	Grupo Menor que Legal e PI
Instituição Financeira	20	10	5.260.485,01	3,60	0	10	Grupo Menor que Legal e PI
Companhia Aberta com Registro na CVM	50	45	25.276.940,78	17,29	0	45	Grupo Menor que Legal e PI
Patrocinador do Plano de Benefício	10	10	633.593,56	0,43	0	10	Grupo Menor que Legal e PI
Investimento no Exterior	10	10	10.759.446,17	7,36	0	10	Grupo Menor que Legal e PI
Total (*)			152.389.772,04	104,26			

Legislação: Resolução CMN 4994/2022

Fonte: Política de Investimentos / Balancete Junho/2022 / Relatório Carteira Diária da BB DTVM

Total (*): Considerando que o Patrocinador consta em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, assim como todas as demais instituições financeiras também constam nesse item.

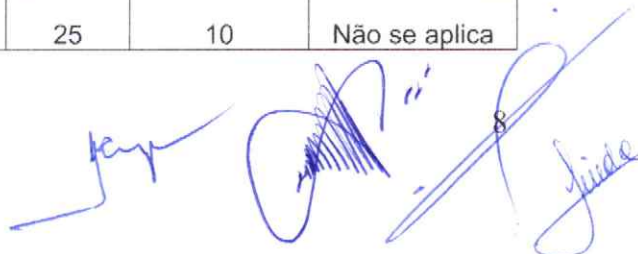
Comentário: Existe uma boa distribuição das aplicações por emissor, mantendo a maior parte em ativos mais seguros, como os Títulos do Tesouro Nacional.

2.1.2.9. Verificação dos enquadramentos de concentração dos Investimentos por Emissor

Gestão dos Recursos Garantidores			
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores			
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Status de Enquadramento
Concentração por Emissor	Legal	Política de Investimento	
% Do capital votante de uma mesma Companhia Aberta	25	5	Enquadrado
% Do capital total de uma mesma Companhia Aberta ou de uma SPE	25	5	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de uma mesma Instituição Financeira	25	5	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Índice referenciado em cesta de ações de Companhia Aberta	25	5	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	25	0	Não se aplica
% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos no Exterior	25	0	Não se aplica
% Do Patrimônio Líquido de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25	0	Não se aplica
% Do Patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	25	10	Não se aplica

Legislação: Resolução CMN 4994/2022

Fonte: Política de Investimentos / Balancete Junho / 2022



2.1.2.10. Verificação dos enquadramentos de concentração por Investimento

Gestão de Recursos Garantidores			
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores			
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Status de Enquadramento
Concentração por Investimento	Legal	Política de Investimento	
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	25	10	Enquadrado
% De uma mesma série ou classe de FIDIC	25	10	Não se aplica
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25	10	Não se aplica

2.1.2.11. Rentabilidade dos Investimentos

Rentabilidade dos Planos Versus Meta Atuarial por Segmentos										
Segmentos	Rentabilidade Mensal - 1º Semestre / 2022						Acumulada		Meta Atuarial	
	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	1S2022	12 meses	1S2022	12 meses
Plano Gestão Previdencial	0,55	0,33	2,39	-1,01	0,83	0,39	3,51	2,79	7,9	16,82
Renda Fixa	0,55	0,33	2,44	-1,03	0,85	-1,46	1,60	0,73		
• Fundo BB Terra do Sol	0,55	0,33	2,44	-1,03	0,85	-1,46	1,60	0,73		
Renda Variável										
Invest. Estruturados										
Investimentos no Exterior										
Investimentos Imobiliários	-0,08	-0,07	-0,05	-0,07	-0,06	-3,57	-3,89	-3,89		
Operações c/Participantes	1,10	0,95	0,72	1,17	0,65	1,07	5,81	13,47		
Rec. Receber Precatórios						0,98				
Plano Gestão Administrativa	0,55	0,33	2,44	-1,07	0,85	-1,46	1,60	0,73	7,90	16,82
Renda Fixa	0,55	0,33	2,44	-1,07	0,85	-1,46	1,60	0,73		
• Fundo BB Terra do Sol	0,55	0,33	2,44	-1,07	0,85	-1,46	1,60	0,73		
Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência do Plano	Indexador		Taxa de Juros a.a.							
	INPC		4,38%							

Comentário: A rentabilidade dos investimentos do Plano Gestão Previdencial no 1º semestre de 2022 foi positiva em 1,60%, com um déficit de 6,30% em relação à meta atuarial de 7,90%.

2.1.2.12. Precatórios

Em 1986, o Governo Federal criou um Fundo Nacional de Desenvolvimento usando recursos de EFPC que tinham patrocinadores públicos



(estaduais ou federais). As Entidades foram obrigadas a aplicar 30% das reservas técnicas em títulos federais com taxa de 6% ao ano e corrigidos pela OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Com o Plano Verão de 1989 e a desindexação da economia, estabeleceu-se uma nova ordem econômica que alterou o índice de correção dos títulos em geral, e das OFNDs em particular.

Em 1991 a ABRAPP ingressou com ação judicial para obter o recálculo de correção dos títulos pelo IPC (Índice de Preço ao Consumidor), que era o índice adotado pela economia em geral na época.

Depois de muitas idas e vindas, a Justiça deu ganho de causa para as fundações, mas foi iniciada uma nova ação – rescisória – em 2012 para desfazer os efeitos da sentença já transitada em julgado.

A nova decisão judicial na ação rescisória alterou apenas a condenação em honorários, mas manteve a decisão quanto ao mérito, que foi confirmada em todas as instâncias judiciais em favor das Entidades.

A partir do ano de 2020 a ABRAPP decidiu intensificar as negociações com a União. A partir daí fortaleceu a mobilização das associadas em torno ao tema e a busca do acordo que foi exaustivamente discutido até levar para aprovação pela Assembleia da ABRAPP de 22/11/2021.

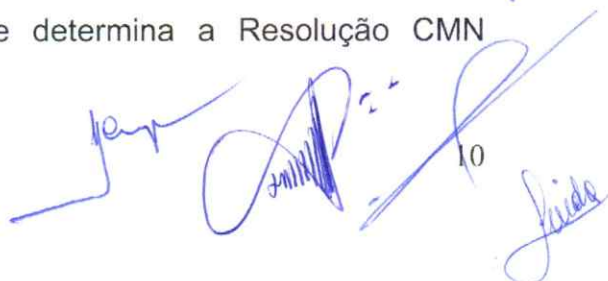
As partes assinaram o acordo em 24/03/2022 e em 25/03/2022 submeteram o acordo à homologação do Juízo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Referido acordo foi homologado em 28/03/2022.

Após a emissão dos precatórios, em maio de 2022, a ABRAPP, com autorização das associadas, contratou a emissão de pareceres jurídico e contábil, para suportar a contabilização dos créditos.

A PREVBEP contabilizou esses créditos em 30.06.2022, na rubrica RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS, no valor de R\$ 2.478.243,12.

2.1.2.13. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES

Pelo exposto neste Relatório sobre os Recursos Garantidores do Plano de Gestão Previdencial – PGP e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, constatamos que estão de acordo com o que determina a Resolução CMN



10

4.994/2022 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, atendendo às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos para 2022.

3. GESTÃO DOS PASSIVOS

3.1. Caracterização do Passivo

3.1.1. Ações Judiciais

No Relatório de Acompanhamento das Ações nas Justiças Cível e Trabalhista, encaminhado pela Diretoria Executiva a este Conselho, com posição de 27/09/2022, **consta que existiam 44 processos contra a PREVBEP**, sendo 13 processos referentes à mudança de índice de correção dos benefícios de TR para INPC; 12 processos que solicitam a incorporação do pagamento de auxílio alimentação ao benefício pago pela PREVBEP; 18 processos em que a parte reclamante suplica pelo reajuste de 61,23%, decorrente do acordo coletivo firmado entre o Banco do Estado do Piauí S.A. e o Sindicato dos Bancários em 28 de abril de 1992, e 01 (um) outro processo de cobrança.

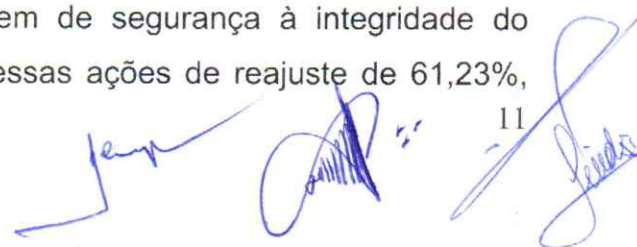
Para os processos relativos à mudança de índice, baseado em parecer jurídico emitido por ocasião do fechamento do balanço do exercício de 2020, onde o jurista aponta possibilidade de insucesso com relação às ações em curso, foi constituído Exigível Contingencial, importando em 30/06/2022 em R\$ 1.532 mil.

Em relação aos processos referentes ao auxílio alimentação, foi firmando acordo entre PREVBEP e Banco do Brasil, em abril de 2016, pelo qual o Banco do Brasil continuará efetuando o ressarcimento dos valores integrais para os processos em fase de execução que já vêm sendo ressarcidos. A partir do convênio, as decisões e sentenças que atribuem solidariedade entre o Banco e a PREVBEP, o valor ressarcido será limitado a 50% do valor a ser implantado.

Sobre as ações de auxílio-alimentação, a Diretoria da PREVBEP, com base na opinião do Assessor Jurídico, Dr. Francisco das Chagas Mazza de Castro, entende que, até o presente momento, não existe a necessidade de constituição de provisão, e que qualquer ajuste será feito na reserva matemática do assistido.

Quanto aos processos de reajuste de 61,23%, tendo em vista a remota probabilidade de êxito, não foi constituída provisão.

O Conselho Fiscal entende que o acompanhamento sistemático dessas ações pela Diretoria Executiva confere margem de segurança à integridade do Plano, mas que é preocupante a existência dessas ações de reajuste de 61,23%,



11

muito embora o Conselho entenda também que, em última instância, essas ações são de obrigação do Banco do Brasil.

3.1.2. Evolução do número de participantes no plano previdencial

Caracterização Passiva		
Evolução do Número de Participantes no Plano Previdencial		
Participantes e Assistidos	Plano Previdencial	
	Semestre Anterior	Semestre Atual
	Quantidade	Quantidade
Ativos	17	16
Autopatrocinados	2	2
Benefício Proporcional Diferido	0	0
Assistidos e Pensionistas	164	167
Total de Participantes e Assistidos	183	185

Posição: 30.06.2022 x 31.12.2021

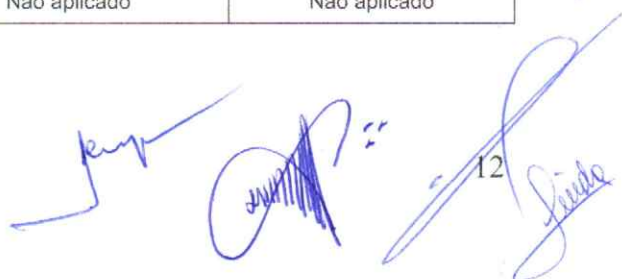
Comentário: O Plano BEP de Previdência está fechado para novas adesões. Dessa forma, a movimentação se dá apenas entre Ativos, Autopatrocinados e Assistidos (Aposentados e Pensionistas). No semestre em referência houve redução no número de Ativos (-1) e aumento no número de Assistidos (+3), devido à aposentadoria de um participante e inclusão de duas novas pensões.

3.1.3. Premissas e Hipóteses Atuariais e Financeiras

EVOLUÇÃO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS		
Premissas/Hipóteses	Exercícios	
	Anterior (2021)	Atual (2022)
Taxa de Juros para desconto a valor presente	4,38% a.a.	4,38% a.a.
Crescimento Real de Salários	3,1% a.a.	3,1% a.a.
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade Salarial	100,00%	100,00%
Fator de Capacidade do Benefício	100,00%	100,00%
Mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10%	AT 2000 suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Rotatividade	Não aplicado	Não aplicado

Legislação: Resolução CGPC nº 30, de 10.10.2018.

Fonte: Avaliação Atuarial / Mirador Atuarial 2021 (14.02.2022)



12

3.1.4. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

Conta Contábil	Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano		
	Patrimônio de Cobertura do Plano	Valores nos Semestres - R\$	
		Anterior	Atual
2.3.1.1.01.	Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	74.503.073,51	77.799.557,83
2.3.1.1.02.	Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	28.862.719,98	29.989.223,52
2.3.1.1.03.	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		
2.3.1.2.	Equilíbrio Técnico	21.582.777,68	18.198.789,36
2.3.1.	Patrimônio de Cobertura do Plano Total	124.948.571,17	125.987.570,71

Anterior: 31.12.2020; Atual: 30.06.2022

Comentário: Para constituição do patrimônio de cobertura do Plano, do total do Ativo são subtraídos os Fundos Administrativo, Previdencial e o Exigível Contingencial, uma vez que esses recursos podem estar comprometidos com outras obrigações que não o pagamento de benefícios assumidos com os participantes, tais como pagamento a terceiros ainda não concluídos, cobertura de possíveis perdas em ações judiciais ou fundos para cobertura de riscos do plano. Em relação ao semestre anterior, o Patrimônio de Cobertura teve um acréscimo de 0,83%.

3.1.5. Ativo Líquido do Plano, Solvência, Superávit Técnico e Grau de Maturidade do Plano

Código	±	SOLVÊNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS		
		Contas		Valor - Real
1.	(+)	ATIVO TOTAL		151.063.999,65
1.2.1.1.02	(-)	CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO		
2.1.	(-)	EXIGÍVEL OPERACIONAL		362.634,68
2.2.	(-)	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		1.532.202,88
2.3.2.2.	(-)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		17.372.563,68
	(=)	PATRIMÔNIO DE SOLVÊNCIA		131.796.598,41
2.3.1.1.01	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		77.799.557,83
	(=)	GARANTIA BRUTA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		53.997.040,58
2.3.1.1.02	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		29.989.223,52
	(=)	GARANTIA BRUTA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER		24.007.817,06
2.3.1.1.03	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		
	(=)	SOLVÊNCIA LÍQUIDA ou SUPERÁVIT TÉCNICO		24.007.817,06
Fórmula		2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	77.799.557,83	= 72,18%
		2.3.1.1. Provisões Matemáticas	107.788.781,35	

Fonte: Balancete Mensal PREVBEP BD Junho/2022

Comentários: Em 30.06.2022 o Plano apresentou um Superávit Bruto de R\$ 24.007.817,06, que de acordo com a Resolução CGPC Nº 26/2008 e CNPC Nº 22/2015, devem ser alocados em Fundos Previdenciais Específicos para a revisão do Plano de Benefícios. Desse total, R\$ 18.198.789,36 (equilíbrio técnico) está registrado integralmente como Reserva de Contingência do Plano e R\$ 5.809.027,70 registrados como Fundos Previdenciais para revisão do Plano, sendo que desse último valor, R\$ 5.632.772,85 foram destinados para o Fundo Benefício Especial Temporário, e R\$ 176.254,85 para o Fundo de Contribuição, destinado a suportar a contribuição dos participantes, que estão suspensas durante o período de contribuição.

O Fundo BET vem sendo consumido considerando as regras do processo de destinação do superávit do plano, constantes do capítulo XV do Regulamento, que foram aprovadas pela PREVIC no mês de dezembro/2018, cuja distribuição estava prevista para ocorrer em 36 meses, encerrando-se em 31.12.2021.

Entretanto, tendo em vista a disponibilidade de recursos na reserva de destinação, o Conselho Deliberativo, em sua 15ª Reunião Extraordinária, de 07.12.2021, fundamentado no documento MIRADOR 1702/2021, de 05.11.2021, aprovou a prorrogação do processo de destinação do superávit, a partir de janeiro de 2022, ficando a continuidade da distribuição condicionada aos resultados da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2021.

Conforme deliberação na 1ª Reunião Extraordinária, de 16/03/2022, baseado no documento MIRADOR 0428/2022, de 11/03/2022, o Conselho Deliberativo aprovou a continuidade de prorrogação do processo de destinação do superávit até o encerramento do exercício de 2022, ou enquanto existirem recursos nos Fundos de Destinação.



14

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

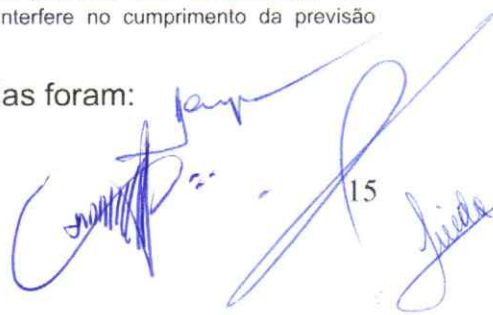
4.1. Despesas Administrativas – Orçado x Realizado

Despesas Administrativas			
Discriminação	Acumulado - 30.06.2022		
	Orçado	Realizado	Var %
	Valor R\$ 1,00	Valor R\$ 1,00	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.106.434,72	1.045.705,62	- 5,49
Pessoal e Encargos	598.141,95	555.837,63	- 7,07
Conselheiros	113.723,28	113.723,28	0,00
Diretoria	393.639,66	363.242,25	- 7,72
Pessoal Próprio	90.779,01	78.872,10	- 13,12
Treinamentos/Congressos/Seminários	6.400,00	1.454,00	- 77,28
Viagens e Estadias	12.100,00	793,52	- 93,44
Serviços de Terceiros	381.539,45	384.147,88	0,68
Serviços Atuariais	50.756,95	51.101,46	0,68
Serviços Contábeis	97.305,66	97.305,66	0,00
Serviços Jurídicos	71.053,54	71.265,60	0,30
Tecnologia da Informação	49.463,73	49.166,30	- 0,60
Auditoria Externa	14.051,09	14.226,74	1,25
Consultoria de Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros (Assessoria Pessoas Físicas)	98.908,48	101.082,12	2,20
Despesas Gerais	50.779,40	37.293,83	- 26,56
Suprimentos	1.977,37	1.970,22	- 0,36
Diversas	37.302,03	32.002,66	- 14,21
Energia	4.102,98	2.839,39	- 30,80
Telefone	1.089,00	1.048,74	- 3,70
Correios e Malotes	1.800,00	2.218,60	23,26
Comunicação de Dados	429,02	1.044,41	143,44
Entidades e Associações	9.275,96	7.722,06	- 16,75
Cartórios, Publicações e Editais	2.636,50	205,42	- 92,21
Condução e Transporte	600,00	15,00	- 97,50
Aluguel	10.472,07	10.526,88	0,52
Condomínio	6.296,49	6.005,16	- 4,63
Conserto e Manutenção	600,00	377,00	- 37,17
Eventuais	11.500,00	3.320,95	- 71,12
Depreciação e Amortização	1.813,18	1.607,54	- 11,34
Tributos	55.660,73	64.571,22	16,01

Fonte: PREVBEP / Balancete Mensal Junho/2022

(2) Tributos: 16,01% - Os tributos são incidentes sobre os valores destinados pelo Plano para o custeio administrativo, acrescidos dos rendimentos mensais auferidos nas aplicações financeiras, quando positivas, sem compensação com rentabilidades negativas, como ocorrido em abril. Assim, a volatilidade no fundo interfere no cumprimento da previsão orçamentária deste item.

Comentário: As principais divergências planejadas foram:



15

1) Treinamento/Congressos/Seminários e Viagens e Estadia: redução em de 77,28% e 93,44, respectivamente, ainda em decorrência da pandemia;

2) Despesas Gerais: redução em torno de 26,56% ainda em virtude do trabalho em home office devido à pandemia;

3) Comunicação de Dados: acréscimo de 143,44% decorrente de pagamento de renovação da hospedagem do site da Entidade;

4) Eventuais: a redução de 71,12% se deu em virtude da realização de poucos eventos presenciais; e

5) Tributos: aumento de 16,01%, devido à elevação dos rendimentos das aplicações financeiras.

4.2. Taxa de Administração

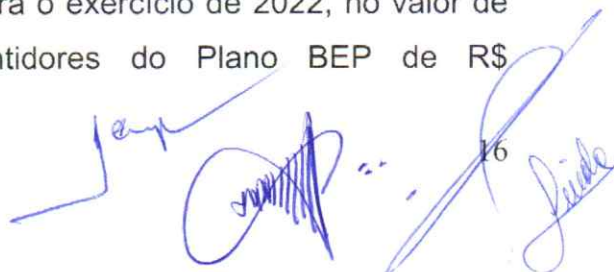
Código	Apuração da Taxa de Administração	
	Cálculo da Taxa de Administração	
	Recursos Utilizados Para a Cobertura das Despesas Administrativas	Plano BD
3.4	Cobertura das Despesas Administrativas com Recursos Previdenciais	
5.4	Cobertura das Despesas Administrativas com Recursos dos Investimentos	1.140.000,00
	Total	1.140.000,00
Código	Recursos Garantidores do Plano de Benefício	Plano BD
1.1	(+) Disponível	2.180,11
1.2.3.	(+) Realizável dos Investimentos	133.201.853,26
2.1.3.	(-) Exigível Operacional dos Investimentos	399,81
2.2.	(-) Exigível Contingencial dos Investimentos	
	(=) Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	133.203.633,56
	Percentual da Taxa de Administração	0,86

Legislação: Resolução CGPC 29/2009

Posição: Junho/2022

Comentário: De acordo com a Resolução CGPC nº 29/2009, a Taxa de Administração de 1% é o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos Planos de Benefícios executados pela EFPC de que trata a Lei Complementar nº 108/2001, para o plano de gestão administrativa, observado o custeio pelo patrocinador, participantes e assistidos. No orçamento da PREVBEP foi estabelecido como meta para o exercício de 2022 o percentual de 0,85%.

Comparando-se a fonte de custeio para o exercício de 2022, no valor de R\$ 1.140.000,00, com os Recursos Garantidores do Plano BEP de R\$



133.203.633,56, em 30/06/2022, a fonte representa um percentual de 0,86%. Posição abaixo do parâmetro regulamentar de 1%.

5. CONTROLE TRIBUTÁRIO E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Verifica-se através do controle tributário e obrigações acessórias que a Entidade está retendo e recolhendo os impostos próprios e de terceiros; que as certidões negativas de débitos estão atualizadas e demais obrigações acessórias (DCTF, DIRF, DPREV, ISSQN, EFD, PIS, CONFINS, ECD, ECFE-FINANCEIRA, E-SOCIAL, EFD-REINF, envio à Receita Federal, Recebimento de Contribuições (IN 1.452) e Informações ao COAF) estão regularizadas.

Com relação ao Primeiro Semestre de 2022, o Conselho solicitou da Entidade apenas as Certidões Negativas de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Débitos Municipais e Certificado de Regularidade do FGTS.

Foi apresentada a Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, com data de 21/06/2022, válida até 18/12/2022, e o Certificado de Regularidade do FGTS, datado de 09/11/2022, válido até 21/11/2022.

Não foi apresentada a Certidão Negativa de Tributos Municipais devido aos seguintes motivos apresentados pela Diretoria:

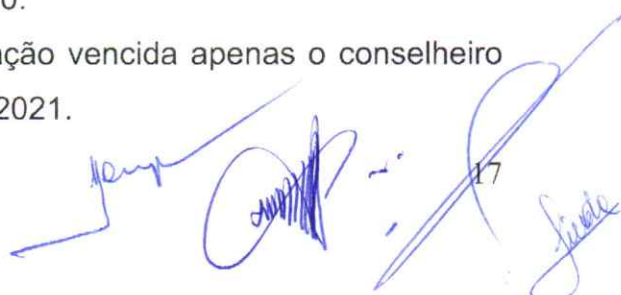
- O imóvel alugado na Rua Coelho de Resende, 1390, está pendente de pagamento de parcela do IPTU e da taxa de limpeza pública. A Diretoria notificou o inquilino para regularização das pendências.

- O imóvel localizado na Rua Alagoas, 1149, está pendente de pagamento de IPTU e TLP do ano 2017. Referido imóvel foi vendido em 03/2008, cujo cadastro junto à prefeitura até hoje não foi atualizado. A Diretoria está providenciando a exclusão da PREVBEP como contribuinte desse imóvel.

O Conselho Fiscal também solicitou que a PREVBEP apresentasse as Certificações dos Conselheiros. De acordo com planilha apresentada, posição de 30/06/2022, os titulares da Diretoria Executiva estão com Certificações vigentes.

Do Conselho Deliberativo, todos os conselheiros titulares e a conselheira suplente Neidimar Silva Furtado dos Santos estão com Certificações Vigentes. Apenas o conselheiro suplente José Julimar Ramos Filho se encontra com a Certificação vencida, o que ocorreu em 11/05/2020.

Do Conselho Fiscal está com Certificação vencida apenas o conselheiro titular Sérgio Luiz de Melo Campos, desde 20/06/2021.



17

6. ANÁLISES, MANIFESTAÇÕES E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO

O presente relatório baseou-se no modelo apresentado pela UniAbrapp, no seminário Trilha de Contabilidade 3 – Relatórios de Controles Internos Semestrais e Parecer das Demonstrações Contábeis – realizado em janeiro de 2020, do qual a Presidente deste Conselho participou.

Após definição do layout pelo Conselho Fiscal, o Relatório contou com a contribuição da Diretoria Executiva no preenchimento dos dados e apresentação de toda a documentação requerida.

Os Relatórios dos primeiros semestres de cada ano são mais sucintos, como este apresentado, em virtude de que alguns documentos importantes, como dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Avaliação e Parecer Atuarial, Auditoria do Fundo BB Terra do Sol, entre outros, serem produzidos apenas anualmente.

Objetivamente o Relatório focou nos aspectos mais importantes que dizem respeito ao cumprimento e adequação das normas legais constituídas; aos recursos garantidores e à administração e desempenho desses recursos; à Gestão do Passivo; Execução Orçamentária; Controle Tributário e Obrigações Acessórias.

O Conselho Fiscal estudou e analisou os seguintes documentos, que são partes integrantes deste Relatório, não se constituindo em anexos, mas que podem ser solicitados à Diretoria Executiva:

- a) Balanços Patrimoniais posição 30.06.2022;
- b) Política de Investimentos para 2022 - 2026;
- c) Orçamento Econômico para 2022, de 22/12/2021;
- d) Relatório PREVBEP de Acompanhamento das Ações Cíveis e Trabalhistas, posição 27/09/2022;
- e) Planilha PREVBEP de Certificação dos Conselheiros, posição 30/06/2022;
- f) Atas das reuniões do Conselho Deliberativo relativas ao 1º semestre de 2022;
- g) Certidões da Receita Federal relativas aos tributos federais e dívida ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.

Concluindo este Relatório, e com base nas informações, números e comentários apresentados, o Conselho Fiscal apresenta as seguintes considerações:

1. A rentabilidade de 1,60% dos recursos garantidores do Plano, administrados pela BB Asset, não foi satisfatória no 1º semestre de 2022, notadamente quando comparada à meta atuarial de 7,90%, apresentando dessa forma um déficit de 6,30%. Essa baixa rentabilidade se deveu ao aumento na curva de juros, em virtude das medidas restritivas na economia, motivadas pelos danos causados pela pandemia da Covid-19, pela guerra na Ucrânia e as eleições presidenciais no Brasil, refletindo negativamente na marcação a mercado dos títulos de renda fixa e o baixo desempenho da renda variável.

2. Embora a rentabilidade do semestre tenha sido baixa, o Plano continua apresentando boa solvência líquida, principalmente quando comparada com a de outros Planos de iguais porte e natureza.

3. O valor realizado das despesas administrativas se encontra dentro do previsto, tendo sido 5,49% inferior ao orçado para o período.



19



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Art. 19, incisos I e II, da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, “as conclusões, recomendações, análises e manifestação devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser tomadas”. E, ainda, encaminhar à DIRETORIA EXECUTIVA para dar cumprimento ao inciso II, do parágrafo único do artigo 19.

O presente Relatório, em atendimento aos incisos II e III do artigo 19, da Resolução CGPC nº 13/2004, permanecerá à disposição da PREVIC pelo prazo de 05 (cinco) anos, juntamente com a documentação suporte que serviu de base para este relatório.

Teresina (PI), 20 de novembro de 2022.

BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP

Conselho Fiscal



Linda Maria Pessoa Felinto
Presidente



Airton Alencar Neiva
Membro



Luiz Marques Trindade Ferreira
Membro



Sérgio Luiz de Melo Campos
Membro